



MEMÓRIA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 05 de maio de 2021

Horário: 9:00 horas

Local: Plataforma Zoom

Link: <https://tjgo.zoom.us/j/89099237828?pwd=UjJMeUIFd3NiZUpYaFBZVk-pLZWxxQT09>

Objetivo: Apresentar as pesquisas realizadas pelos membros do comitê sobre as propostas de trabalho

PARTICIPANTES:

Dr. Vitor Umbelino Soares Junior - Juiz de Direito

Dra. Marianna de Queiróz Gomes - Juíza de Direito;

Sherloma Starlet Fonseca Aires - Técnica Judiciária;

Ana Francisca Figueiredo Dias Bittar - Analista Judiciária

Anna Luísa do Carmo Braga - Assessora Correicional da CGJ

Ana Beatriz Gonçalves Moreira Caser – Oficiala de Justiça

Francinaide Verônica da Silva Vieira - Escrevente Judiciário II

Larissa Carvalho de Oliveira - Analista Judiciária

Laylla Nayanne Dias Lopes Vilarinho - Analista Judiciária

Participou da reunião também a servidora Agnes, integrante do Centro de Comunicação Social.

SÍNTESE DOS ASSUNTOS TRATADOS:

A reunião foi coordenada pelo magistrado Vitor Umbelino Soares Júnior.

1. Desligamento de membro do Comitê

Dr. Vitor Umbelino comunicou o pedido de desligamento formulado por Washington Fernando de Souza. Expôs que a Dra. Sirlei informou que será iniciado um processo administrativo para promover a substituição.

2. Edital de chamamento para Audiência Pública

Foram encaminhadas as seguintes deliberações:

2.1. Os integrantes Vitor Umbelino, Larissa, Ana Beatriz e Laylla farão a comunicação com a EJUG para organização da audiência pública.

2.2. Dia e horário: 28 de junho de 2021, às 9:00



2.3. Possibilidade de emissão de declaração dos ouvintes pelo Comitê ou de certificação em parceria com a PUC/GO, com intermediação de Ana Beatriz. Foi dada a preferência pela declaração por ser um processo mais simplificado.

2.4. Ana Beatriz sugeriu a divulgação da audiência pública para universidades. Ana Francisca informou que tem uma lista de e-mails de aproximadamente 40 instituições de ensino superior. Sherloma e Larissa expuseram sobre levantamento de movimentos sociais e organizações não governamentais de atenção a direitos LGBTQI+. Larissa ficou responsável pela elaboração dos convites. Foi feita a ressalva, por Sherloma, de que o principal público-alvo da audiência pública são os membros deste Comitê.

2.5. A reunião acontecerá pelo Zoom e será transmitida pelo canal do Youtube do TJGO. Ana Francisca sugeriu que a transmissão aconteça com assessoramento do setor de Informática, indicando as servidoras de Larissa e Elisa para contato. Ana Luísa sugeriu a criação de uma pasta no canal do Youtube para as audiências públicas.

2.6. Ana Luísa compartilhou a experiência das audiências públicas da Corregedoria Geral de Justiça. Em seguida, sugeriu o tempo de 7 (sete) minutos para fala dos convidados e inscritos.

2.6. Por fim, foi feita a leitura da minuta do edital de chamamento para audiência pública elaborado por Sherloma.

3. Proposta de identidade visual do Comitê

Foi retomada a manifestação dos membros feita nas reuniões anteriores quanto a proposta de promover um concurso para selecionar a identidade visual do Comitê. Dr. Vitor expôs sobre a urgência da ação, visando a divulgação na audiência pública. Embora a iniciativa tenha sido aprovada pelos membros, Sherloma esclareceu que fez consulta ao Luciano, diretor do Centro de Comunicação Social, e confirmou que a identidade visual do Poder Judiciário deve ser padronizada. Entende-se que é possível a criação de uma identidade própria apenas para projetos e programas, sem a substituição do brasão do Tribunal¹.

A Dra. Marianna sugeriu que façamos um concurso, em outra oportunidade, para ilustrar, por exemplo, a capa de uma cartilha.

4. Mídias sociais

Ana Francisca sugeriu que possamos recorrer ao CCS para produção de artes para divulgação das ações do Comitê em mídias sociais. Agnes, que é servidora do CCS, colocou-se a disposição para encaminhar a solicitação ao Wendel e Sara.

5. Grupo de estudos

Foi aprovada a sugestão, apresentada por Sherloma, de realização de um grupo de estudos preparatório para audiência pública, sobre direitos da população LGBTQI+ e mulheres.

¹ A Lei nº20.254, de 03 de agosto de 2018, que altera a Organização Judiciária do Estado de Goiás, descreve em seu artigo 28 que: "O Brasão do Estado de Goiás, identificativo do Judiciário como Poder, é de uso obrigatório nos documentos físicos e digitais do Poder Judiciário do Estado, devendo constar da sua página na internet, vedada a substituição por logomarca".



Dra Marianna realizará pesquisa de documentários para integrar o material de Estudos do Comitê.

6. Necessidade de outras reuniões

Ana Luísa sugeriu a realização de outras reuniões no mês de maio para que sejam apresentadas as pesquisas realizadas por membros do Comitê e tratar encaminhamentos pendentes. Considerou ainda que essa é também uma forma de preparar para audiência pública. A sugestão foi aprovada.

Dr Vitor sugeriu a realização de reuniões mais periódicas e com duração menor.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) Os encaminhamentos e decisões referentes a audiência pública estão descritos no item 2.
- 2) Providenciar a realização da primeira reunião do grupo de estudos.

DECISÕES:

- 1) Serão realizadas reuniões semanais até a realização da audiência pública.
- 2) A próxima reunião acontecerá em 12 de maio de 2021, às 9h, em que serão apresentadas as atividades e pesquisas que não foram contempladas nesta reunião.
- 3) Submissão do edital de chamamento para audiência pública para aprovação.

ANEXOS:

Minuta do edital de chamamento da audiência pública.